

Raquel deve ser cassada por uso de subvenções

Parlamentar chora em interrogatório e jura que não é "ladra", mas não explica desvio de verbas

BRASÍLIA — A deputada Raquel Cândido (PTB-RO) fugiu das perguntas, chorou, apresentou-se como vítima inocente perseguida e teve uma crise de tosse ontem, ao depor na subcomissão de subvenções sociais da CPI. Mas não conseguiu explicar as irregularidades na aplicação de verbas recebidas pelo Instituto de Desenvolvimento Político e Social Eva Cândido, e provavelmente terá sua cassação sugerida pela CPI. A subcomissão suspeita que as subvenções para o instituto da deputada foram para seu patrimônio, cujo crescimento é considerado incompatível com sua remuneração na Câmara.

O Tribunal de Contas da União e o Ministério do Bem-Estar Social verificaram irregularidades na aplicação de mais de US\$ 2,6 milhões, recebidos nos últimos três anos pelo instituto por meio de subvenções, convênios e emendas da deputada ao Orçamento. Entre elas está a compra de um Mitsubishi Pajero 92/93, avaliado em US\$ 38 mil. O carro seria usado pelo instituto em Porto Velho

(RO), mas foi achado estacionado no endereço de Raquel em Brasília.

Em um depoimento confuso, o ex-ministro e senador Alexandre Costa (PFL-MA) defendeu funcionários acusados de envolvimento no esquema de manipulação do Orçamento e negou ter recebido propina de empreiteiras. Segundo ele o US\$ 1,15 milhão que movimentou nos últimos cinco anos é proveniente de uma aplicação financeira. Para o coordenador da subcomissão de Bancos, deputado Benito Gama (PFL-BA), as contas de Costa estavam "absolutamente compatíveis". Para o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF),

a avaliação de Benito "foi, no mínimo, uma precipitação".

O deputado Paulo Portugal (PDT-RJ) não conseguiu convencer CPI de que não é o responsável pela liberação, nos últimos quatro anos, de US\$ 1,419 milhão para a Sociedade de

COSTA
DEFENDE
FUNCIONÁRIOS
ENVOLVIDOS

Proteção à Infância e Maternidade de Bom Jesus de Itabapoana (RJ). O deputado Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP) garantiu à CPI que nunca apresentou nenhuma emenda para beneficiar a Construtora Norberto Odebrecht. Em 1992, ele teria conseguido aprovar US\$ 10 milhões em emendas apresentadas nos Ministérios do Bem-Estar Social e Secretaria de Desenvolvimento Regional.